

Comitê Assessor de Bancos divulga nota suspendendo negociações com o País

por Getúlio Bittencourt
de Nova York

O Comitê Assessor de Bancos divulgou ontem uma curta nota oficial, cujos termos foram negociados previamente com o chefe da equipe de renegociação da dívida externa do Brasil, Pedro Malan, suspendendo a partir de hoje as conversas sobre a reestruturação de cerca de US\$ 41,2 bilhões devidos pelo País. A idéia geral apurada por este jornal é de que o diálogo vai bem, mas ainda faltam semanas para um acordo.

Conforme a nota do porta-voz do comitê, John Anderson, um vice-presidente do Citicorp, as conversas serão retomadas logo depois da Páscoa, no dia 21 ou 22 de abril. Anderson acrescenta que o receso é necessário para permitir que representantes dos dois lados participem do encontro anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a República Dominicana.

O efeito imediato da nota foi negativo em relação ao preço do principal título da dívida externa do Brasil, Mydfa, nome formado pela sigla em inglês para "instrumento de depósito do acordo multianual" de

1988. Um operador disse a este jornal que temia uma nova queda do papel hoje, para o nível de 36 centavos.

Mas depois de perder instantaneamente um ponto, a cotação do título mostrou certa solidez, ameaçando recuperar-se. "Acredito que o desabamento inicial foi devido ao uso dessa nota do comitê como pretexto para realização de lucros por alguns operadores", disse Conor O'Driscoll, diretor da corretora alemã Metallgesellschaft. "O adiamento em si não é uma surpresa, a não ser para quem não esteja prestando atenção no noticiário", acrescentou.

Luís Fraga, diretor do banco de investimentos dos EUA Bear Stearns & Co, teve a mesma impressão. "Mas acredito que o papel tem suporte. É só observar as notícias do Brasil, que são as mais significativas neste momento. A bolsa de valores mostra otimismo, o que indica a reação das pessoas que têm o que perder. A confirmação de Eliezer Batista neste ministério, um nome respeitado internacionalmente, é também um grande trunfo para o presidente Fernando Collor de Mello", acrescenta (ver página 21).